



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TIRO COM ARMAS DE CAÇA

Alameda António Sérgio, 22 8º C * 1495-132 Algés * Portugal * Tel: +351 214 126 160 * Fax: +351 214 126 162 * GSM: +351 927 986 632
www.fptac.pt * secretaria.fptac@gmail.com * fptac.pt@gmail.com



Relatório e Contas do exercício de 2015

Contas do exercício de 2015 - Relatório Técnico

Balanço Analítico:

O Balanço da Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça à data de 31 de Dezembro de 2015 evidenciava um total de 424.639,57 €, dos quais se salienta o montante de 130.427,35 € relativos a disponibilidades / meios monetários.

Os Activos Fixos tangíveis e intangíveis da Federação alcançavam, naquela data, um montante líquido de 206.034,23 €, cujo peso percentual no Activo de Balanço é de 49% (2014: 48%), donde se destaca o imóvel da sede da Federação (174.753,84 €). De salientar ainda, em 2015, a aquisição de uma nova viatura (12.000,00 €), com a retoma de outra viatura e de equipamento administrativo (1.128,56 €).

Os Activos correntes da Federação alcançavam, naquela data, um montante de 218.605,34 € (2014: 237.696,97 €), cujo peso percentual no Activo de Balanço é de 51 %, representado essencialmente pelas disponibilidades em caixa e bancos (130.427,35 €), e pelas dívidas de associados e outras contas a receber (63.797,95 €). Este valor sofreu um decréscimo de 19.091,63 €, em relação ao ano anterior, decorrente essencialmente da diminuição do valor das disponibilidades.

O passivo ascende a 35.936,57 € (2014: 72.127,44 €) e diz respeito fundamentalmente a valores a pagar a fornecedores e outras contas a pagar onde estão incluídos os acréscimos de gastos com o mês de férias e o subsídio de férias dos trabalhadores da Federação), no montante de 13.650,70.

O total do Fundo de Capital situou-se em 388.702,60 € afetado pelo Resultado Líquido positivo do exercício, que ascendeu a 6.291,20 € (2014: 1.587,04 €).

Demonstração de Resultados:

As Vendas e prestações de serviços registaram um valor de 294.017,05 € (2014: 288.076,94 €), compostas pelos ganhos associativos, registaram um aumento de 21%, em relação ao exercício anterior, resultante do aumento do valor recebido referente a quotizações e a taxas sobre competições.

Os Subsídios à Exploração registaram um valor de 257.567,01 € (2014: 230.560,00 €), representando um aumento de 12% em relação ao exercício anterior. Este acréscimo resulta, essencialmente, do aumento do contrato programa de desenvolvimento da prática desportiva por parte do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) de 15.000,00 €, da atribuição de 10.000,00€ para o contrato "Desporto para Todos" e 1.000€ para o Plano Nacional de Formação de Treinadores.

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, no valor de 64.856,90 € (2014: 175.931,67 €) inclui, essencialmente uma indemnização atribuída pela empresa MAXAM OUDOORS, SA, no valor de 53.200,00€ no seguimento da desclassificação do atleta Bruno Faria por excesso de peso nos cartuchos utilizados desta marca. O acordo formalizou-se com o reembolso dos gastos incorridos pela FPTAC com o Atleta no valor de 10.000,00 € e a atribuição a título de compensação de 180.000 cartuchos. A 31 de Dezembro de 2015, tinham dado entrada na FPTAC 90.000 cartuchos, estando previsto a entrega dos restantes 90.000,00 cartuchos durante o ano de 2016.

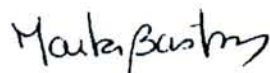
Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um valor de 280.729,79 €, o que representa um decréscimo de 15% em relação ao exercício anterior (2014: 330.256,60 €), referente essencialmente a uma redução das deslocações e estadas.

A rubrica de Outros gastos e perdas ascendeu, em 2015, a um montante de 213.696,97€ (2014: 246.493,34 €), representando um decréscimo de 13% decorrente da diminuição essencialmente das inscrições e consumíveis respetivos.

Os Gastos com o pessoal ascenderam neste período ao montante de 89.017,70 € (2014: 87.275,71 €), o que representa um acréscimo marginal de 2%.

O Resultado Líquido do exercício, foi positivo, no montante de 6.291,20 €.

A Técnica Oficial de Contas:



Marta Bastos
TOC 7723

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5	206.034,23	215.208,21
Activos fixos intangíveis.....	6		1.633,66
		206.034,23	216.841,87
Activo corrente:			
Inventários.....	7	22.473,40	3.617,50
Clientes.....		-	-
Adiantamentos a fornecedores.....		-	18.318,66
Estado e outros entes públicos.....		-	-
Fundadores/bem./patrocinadores/doadores/associados/membros....	8	26.997,50	10.690,55
Outras contas a receber.....	9	36.800,45	19.980,95
Diferimentos.....	10	1.906,64	1.864,36
Outros activos financeiros.....		-	-
Caixa e depósitos bancários.....	4	130.427,35	183.224,95
		218.605,34	237.696,97
Total do Activo		424.639,57	454.538,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....		382.411,40	380.824,36
Resultados transitados.....		-	-
		382.411,40	380.824,36
Resultado líquido do período.....		6.291,20	1.587,04
Total do Fundo de Capital		388.702,60	382.411,40
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....		-	-
Financiamentos obtidos.....		-	-
Outras contas a pagar.....		-	-
Passivo corrente:			
Fornecedores.....		15.233,39	6.616,63
Estado e outros entes públicos.....	11	2.431,17	9.255,26
Fundadores/bem./patrocinadores/doadores/associados/membros....	8	2.336,50	3.280,00
Financiamentos obtidos.....		-	-
Diferimentos.....	10		39.557,95
Outras contas a pagar.....	12	15.935,91	13.417,60
Outros passivos financeiros.....			
		35.936,97	72.127,44
Total do passivo		35.936,97	72.127,44
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		424.639,57	454.538,84

O Anexo faz parte integrante do Balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

A Direcção da FPTAC



Pedro Manuel da Cunha Mota
(Presidente)

O Técnico Oficial de Contas

Manuela Bastos



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TIRO COM ARMAS DE CAÇA

Alameda António Sérgio, 22 - 8º C * 1495-132 Algés * Portugal * Tel: +351 214 126 160 * Fax: +351 214 126 162 * GSM: +351 927 986 632
www.fptac.pt * secretaria.fptac@gmail.com * fptac.pt@gmail.com

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	13	294.017,05	288.076,94
Subsídios, doações e legados á exploração.....	14	257.567,01	230.560,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	7	(2.744,10)	(1.209,50)
Fornecimentos e serviços externos.....	15	(280.729,79)	(328.924,11)
Gastos com o pessoal.....	16	(89.017,70)	(88.608,20)
Provisões (aumentos/reduções).....		-	-
Outros rendimentos e ganhos.....	17	64.856,90	175.931,67
Outros gastos e perdas.....	18	(213.696,97)	(246.493,34)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		30.252,40	29.333,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5 e 6	(23.936,20)	(22.478,92)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.316,20	6.854,54
Juros e rendimentos similares obtidos.....		-	-
Juros e gastos similares suportados.....		(25,00)	-
Resultado antes de impostos		6.291,20	6.854,54
Imposto sobre o rendimento do período.....		-	(5.267,50)
Resultado líquido do período		6.291,20	1.587,04

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

A Direcção da FPTAC



Pedro Manuel da Cunha Mota
(Presidente)

O Técnico Oficial de Contas

Yakov Pasternak



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
DO EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados.....	13	294.017,05	288.076,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	7	(2.744,10)	(1.209,50)
Resultado bruto		291.272,95	286.867,44
Outros rendimentos.....		64.856,90	11.386,06
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		(101.582,99)	(86.927,51)
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Gastos de organização de atividades		(239.800,58)	(204.471,45)
Outros gastos		(8.430,08)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.316,20	6.854,54
Gastos de financiamento.....		(25,00)	-
Resultados antes de impostos		6.291,20	6.854,54
Imposto sobre o rendimento do período.....			(5.267,50)
Resultado líquido do período		6.291,20	1.587,04

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

A Direcção da FPTAC



Pedro Manuel da Cunha Mota
(Presidente)

O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Montantes expressos em EURO

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014		379.369,82			1.454,54	380.824,36
Alterações do período:						
Alterações de políticas contabilísticas						0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais						0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado extensivo					1.587,04	1.587,04
Operações com Instituidores no período						
Aplicação do resultado		1.454,54			-1.454,54	0,00
Outras operações						0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014		1.454,54	0,00	0,00	-1.454,54	0,00
		380.824,36	0,00	0,00	1.587,04	382.411,40

Montantes expressos em EURO

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015		380.824,36			1.587,04	382.411,40
Alterações do período:						
Alterações de políticas contabilísticas						0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais						0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado extensivo					6.291,20	6.291,20
Operações com Instituidores no período						
Aplicação do resultado		1.587,04			-1.587,04	0,00
Outras operações						0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015		1.587,04	0,00	0,00	-1.587,04	0,00
		382.411,40	0,00	0,00	6.291,20	388.702,60

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

A Direcção da FPTAC



Pedro Manuel da Cunha Mota
(Presidente)

O Técnico Oficial de Contas

Maia Bastos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Método Directo)

	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2015	2014
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes e utentes		237.208,65	334.883,39
Pagamentos de Subsídios		(42.494,98)	(55.612,96)
Pagamentos de Apoios		(19.190,00)	(22.874,59)
Pagamento de Bolsas		(17.200,00)	(8.800,00)
Pagamentos a Fornecedores		(87.648,13)	(72.849,55)
Pagamentos ao Pessoal		(88.442,89)	(87.275,71)
Caixa gerada pelas operações		(17.767,35)	87.470,58
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(26.864,47)	(28.702,20)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(44.631,82)	58.768,38
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis e intangíveis	5	(8.128,56)	(26.422,58)
Adiantamento activo fixo tangível		-	-
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis	5	-	9.000,00
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(8.128,56)	(17.422,58)
Actividades de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-	-
Doações		-	-
Juros e gastos similares		(25,00)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(25,00)	
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(52.785,38)	41.345,80
Efeito das diferenças de câmbio		12,22	45,81
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	183.224,95	141.924,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	130.427,35	183.224,95

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

A Direcção da FPTAC

O Técnico de Contas



Manoel Bastos

Pedro Manuel da Cunha Mota
(Presidente)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Montantes expressos em Euros)

1. Introdução

A Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça (FPTAC), é uma pessoa coletiva de direito privada, constituída em 8 de Abril de 1948, sob a forma de associação sem fins lucrativos. Tem a sua sede na Alameda António Sérgio, nº 22, 8 C, em Algés.

A FPTAC é titular do Estatuto de Utilidade Pública, publicado no Diário da República nº 139, de 20/06/1978, II série, 2º suplemento e Estatuto de Utilidade Pública Desportiva, publicada no Diário da República II Série - nº 78, de 04/04/1994, e renovado por publicação em Diário da República II Série - nº 78, de 22/04/2013.

Atividade

A Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça rege-se pelos estatutos aprovados pela Assembleia Geral, de 19 de Julho de 2009, e pela lei vigente, designadamente pelo regime jurídico das federações desportivas, subsidiariamente pelo regime jurídico das associações de direito privado, e ainda pelas normas a que ficar vinculada pela sua filiação em organismos internacionais.

A Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça tem como objetivo promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática do tiro com armas de caça, nas suas diversas disciplinas, designadamente Fosso Olímpico, Fosso Universal, Percurso de Caça, Compak Sporting, Tiro ao Voo, Tiro às Hélices, Trap, Double Trap Skeet, FAN 32, Sport FEDECAT, Trap' 3 e Trap 5.

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 23 de Fevereiro de 2016, pelo presidente da Direção, Eng. Pedro Mota. É do entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da FPTAC bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram obtidas a partir dos registos contabilísticos da Federação, os quais foram preparados, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL).

De acordo com a Lei e os Estatutos, as contas agora apresentadas pela Direção são ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Referência contabilística de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística das Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas interpretativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como dos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direcção e nas suas melhores expectativas em relação a ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existem, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

2.3. Indicação das contas de Balanço e de Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores do balanço a 31 de Dezembro de 2015 e da Demonstração dos Resultados em 2015 são na íntegra comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade. Este custo inclui o custo de aquisição à data de transição para NCRF-ESNL, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, de forma a reintegrarem os activos durante a sua vida útil.

<u>Classe Activo Fixo Tangível</u>	<u>Vida Útil</u>
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento Básico	5 anos
Equipamento Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	3-5 anos
Outros Activos Fixos Tangíveis	5-7 anos

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas.

3.2. Activos fixos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis, pelo método das quotas constantes.

<u>Classe Activo Fixo Intangível</u>	<u>Vida Útil</u>
Software	3 anos

Os gastos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Imparidade de Activos fixos tangíveis e intangíveis:

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Contas a receber

As rubricas de contas a receber são reconhecidas ao justo valor (Valor nominal), deduzido dos respetivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que existe evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas de imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamentos de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.4. Inventários

Os inventários são registados ao custo de aquisição, acrescidos das despesas de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condição atual.

Os custos com aquisição de mercadorias e outros inventários são reconhecidos como gastos do período à medida que os mesmos são utilizados e/ou vendidos.

Os inventários são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais de 6 meses e descobertos bancários.

Os descobertos bancários, se existirem, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.6. Fundos

Na rubrica de Fundos Patrimoniais a conta "Fundos" engloba a acumulação dos resultados líquidos aprovados referentes a cada período de prestação de contas.

3.7. Financiamento obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo e são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a entidade ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Não existiu neste exercício qualquer pedido de financiamento.

3.8. Imposto sobre o rendimento

A FPTAC beneficia de isenção de tributação, em sede de IRC, ao abrigo do artigo 10º do Código do IRC (CIRC), pelo que as quotas, inscrições e revalidações pagas pelos associados em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários não são sujeitos a IRC.

Contudo, nos termos do número 3 do artigo 11º do CIRC, são excluídos da isenção de IRC os rendimentos provenientes de qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola exercida, ainda que a título acessório, em ligação com as atividades culturais, recreativas e desportivas, nomeadamente os rendimentos provenientes de publicidade, direitos respeitantes a qualquer forma de transmissão, bens imóveis, aplicações financeiras e jogo do bingo.

O rendimento tributável é formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos das várias categorias sendo, nos termos do n.º 5 do artigo 87.º do CIRC, tributados à taxa de 21,5%.

3.9. Benefícios aos empregados

A FPTAC não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

3.10. Pessoal ao serviço da federação

O número médio de pessoas ao serviço da FPTAC foi de 4 (2014: 4 pessoas).

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação: i) presente legal e construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a obrigação é divulgada como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

A FPTAC não tem qualquer obrigação, objeto de constituição de provisão nem de reconhecimento de passivo contingente.

3.12. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.13. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo a serviços no decurso normal da atividade da FPTAC, sendo originado essencialmente de inscrições, revalidações e taxas sobre competições organizadas sob a égide da FPTAC.

Os ganhos com patrocínios e publicidade são reconhecidos de acordo com o período de duração dos respetivos contratos, na rubrica Outros rendimentos e ganhos.

O rédito é registado pelo respetivo valor nominal da operação, líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.14. Subsídio Monetários

Subsídios relacionados com rendimentos

Os subsídios atribuídos são reconhecidos ao seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e a Federação cumpra com todas as condições para o receber.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima e compensar deficits de exploração de um dado exercício são imputados como rendimentos desse exercício, salvo se destinados a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios.

Os subsídios à exploração obtidos do Instituto Português do Desporto da Juventude (IPDJ) e do Comité Olímpico de Portugal (COP) são reconhecidos tendo em consideração o exercício para os quais foram atribuídos. Os subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

3.15. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da FPTAC são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a um reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que se seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.15.1. Provisões

A FPTAC analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15.2. Activos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direção para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por entidades congéneres, tendo em consideração o carácter de determinadas classes de activos.

3.15.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda de imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da entidade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à federação.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade e dos fluxos de caixa esperados.

4. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Numerário	2.426,57	1.993,32
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	128.000,78	181.231,63
	<u>130.427,35</u>	<u>183.224,95</u>

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

5. Activos Fixos Tangíveis

Os movimentos dos activos fixos tangíveis para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, são os seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	O. Activos F. Tangíveis	TOTAL
1 de Janeiro 2014						
Custo de aquisição	244.410,97	984,00	68.750,00	66.946,80	4.304,96	385.396,73
Depreciações acumuladas	-62.324,80	-590,40	-46.037,54	-64.662,67	-2.149,99	-175.765,40
Valor Líquido 1 Janeiro 2014	<u>182.086,17</u>	<u>393,60</u>	<u>22.712,46</u>	<u>2.284,13</u>	-	<u>209.631,33</u>
Adições			23.700,00	2.722,58		26.422,58
Transferências e abates			-33.900,00		-	-33.900,00
Depreciação - Exercício	-3.666,16	-196,80	-14.637,44	-1.707,73	-637,58	-20.845,71
Depreciação - Transf. e abates			33.900,00		-	33.900,00
Valor Líquido 31 Dezembro 2014	<u>-3.666,16</u>	<u>-196,80</u>	<u>9.062,56</u>	<u>1.014,85</u>	-	<u>5.576,87</u>
Custo de aquisição	244.410,97	984,00	58.550,00	69.669,38	4.304,96	377.919,31
Depreciações acumuladas	-65.990,96	-787,20	-26.775,00	-66.370,40	-2.787,57	-162.711,13
Valor Líquido 31 Dezembro 2014	<u>178.420,01</u>	<u>196,80</u>	<u>31.775,00</u>	<u>3.298,98</u>	<u>1.517,39</u>	<u>215.208,21</u>
1 Janeiro 2015						
Custo de aquisição	244.410,97	984,00	58.550,00	69.669,38	4.304,96	377.919,31
Depreciações acumuladas	-65.990,96	-787,20	-26.775,00	-66.370,40	-2.787,57	-162.711,13
Valor Líquido 1 Janeiro 2015	<u>178.420,01</u>	<u>196,80</u>	<u>31.775,00</u>	<u>3.298,98</u>	<u>1.517,39</u>	<u>215.208,21</u>
Adições			12.000,00	1.128,56		13.128,56
Transferências e abates			-6.850,00			-6.850,00
Depreciação - Exercício	-3.666,17	-196,80	-15.926,00	-996,15	-1.517,39	-22.302,51
Depreciação - Transf. e abates			6.850,00			6.850,00
Valor Líquido 31 Dezembro 2015	<u>-3.666,17</u>	<u>-196,80</u>	<u>-3.926,00</u>	<u>132,41</u>	<u>-1.517,39</u>	<u>-9.173,95</u>
Custo de aquisição	244.410,97	984,00	63.700,00	70.797,94	4.304,96	384.197,87
Depreciações acumuladas	-69.657,13	-984,00	-35.851,00	-67.366,55	-4.304,96	-178.163,64
Valor Líquido 31 Dezembro 2015	<u>174.753,84</u>	<u>-</u>	<u>27.849,00</u>	<u>3.431,39</u>	<u>-</u>	<u>206.034,23</u>

As aquisições do ano dizem respeito, essencialmente, à compra de uma viatura ligeira de passageiros, no valor de 12.000 euros (com retoma de outra viatura), para utilização da Federação nas deslocações e acompanhamento das provas desportivas e à aquisição de material informático, no valor de 1.128,56 euros.

A 31 de Dezembro de 2015, o activo fixo tangível é composto maioritariamente pelo imóvel da sede da Federação, o qual apresenta um valor líquido contabilístico de 174.753,84 euros (2014: 178.420,01 euros).

6. Activos Fixos Intangíveis

A 31 de Dezembro de 2015 e de 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de activos fixos intangíveis têm a seguinte decomposição:

	Software	Propriedade Industrial	TOTAL
1 de Janeiro de 2015			
Custo de aquisição	4 900,00	-	4 900,00
Depreciações acumuladas	-3.266,83	-	-3.266,83
Valor Líquido em 1 de Janeiro de 2015	1.633,17	-	1.633,17
Adições	-	-	-
Transferências e Abates	-	-	-
Depreciação do exercício	-1.633,17	-	-1.633,17
Depreciação - Transferências e Abates	-	-	-
Valor Líquido 31 de Dezembro de 2015	-1.633,17	-	-1.633,17
Custo de aquisição	4.900,00	-	4.900,00
Depreciações acumuladas	-4.900,00	-	-4.900,00
Valor Líquido em 31 de Dezembro 2015	0,00	-	0,00

A aquisição efetuada no exercício de 2013 respeita à compra de um *software* específico de gestão de provas, no valor total de 4.900 euros.

7. Inventários

O valor dos Inventários e o Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é apresentado no quadro seguinte:

	31-12-2015	31-12-2014
Existências Inicias	3.617,50	4.827,00
Compras	21.600,00	-
Regularizações de existências	-	-
Existências finais	22.473,40	3.617,50
CMVMC	2.744,10	1.209,50

Os inventários da Federação respeitam a consumíveis desportivos (munições), no valor de 21.600,00 euros, e a material desportivo (equipamentos), no montante de 873,40 euros, utilizado pelos atletas da Federação nas provas internacionais.

8. Fundadores/Associados/Membros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os saldos devedores e credores com os Clubes apresentam-se no quadro seguinte:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Clubes	26.997,50	2.336,50	10.690,55	3.280,00
	<u>26.997,50</u>	<u>2.336,50</u>	<u>10.690,55</u>	<u>3.280,00</u>

As dívidas de Clubes respeitam, essencialmente, a revalidações da época de 2015, cuja cobrança se encontra em curso. Estes montantes encontram-se registados pelo seu valor nominal, não sendo expectável que venham a existir perdas de imparidade associadas a estes saldos.

9. Outras Contas a Receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os saldos de Outras contas a receber eram as seguintes:

	31-12-2015	31-12-2014
MAXAM OUDOORS, SA	31.600,00	-
COP – Rio 2016	4.500,05	5.775,90
IPDJ – PNF Treinadores	-	8.000,00
IPDJ – Alto Rendimento	-	6.160,00
Outros	700,40	45,05
	<u>36.800,45</u>	<u>19.980,95</u>

A verba a receber da MAXAM OUDOORS, SA respeita ao valor ainda por receber relativa à indemnização acordada com esta sociedade, em consequência da desclassificação de um atleta por irregularidades dos cartuchos (Nota 17).

O valor referente ao Comité Olímpico de Portugal (COP) respeita à verba relativa à cativação do ano de 2015 do Contrato-Programa de Apoio à Preparação Olímpica, no valor total de 1.125,05 euros, disponível após a entrega do Relatório da Execução Física e Financeira junto daquela entidade, e do valor de 3.375,00 euros referente o contrato das esperanças olímpicas.

10. Diferimentos

O detalhe desta rubrica é apresentado como segue:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Seguros	1.745,03	-	1.702,78	-
Rendas antecipadas	161,61	-	161,58	-
Rendimentos a reconhecer	-	-	-	39.557,95
	<u>1.906,64</u>	<u>-</u>	<u>1.864,38</u>	<u>39.557,95</u>

A rubrica "Seguros" respeita, essencialmente, às apólices de seguro pagas antecipadamente referente aos ramos Automóvel, Responsabilidade de Caçadores e Acidentes Pessoais.

11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram os seguintes:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	-	-	5267,5
Imposto s/ rendimento - IRS	-	810,51	-	762,43
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	-	-	1.682,93
Contribuições p/ segurança social	-	1.620,66	-	1.542,40
	<u>-</u>	<u>2.431,17</u>	<u>-</u>	<u>9.255,26</u>

12. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de Outras conta a pagar apresenta os seguintes saldos:

	31-12-2015	31-12-2014
Acréscimos de gastos	13.650,70	12 817,60
Confederação Desporto Portugal	155,00	-
Outros credores	2.130,21	600,00
	<u>15.935,91</u>	<u>13 417,60</u>

A rubrica "Acréscimos de gastos" inclui as remunerações a liquidar aos trabalhadores da Federação referente aos encargos a pagar com férias e subsídio de férias de 2015 a liquidar apenas no ano de 2016, e ainda outras despesas operacionais (água e telefones).

13. Rédito

O rédito reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica de "Vendas e prestações de serviços" diz respeito aos rendimentos associativos, nomeadamente as quotizações, revalidações, inscrições e taxas sobre competições, conforme se detalha:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Vendas e prestações de serviços	294.017,05	288 076,94
	<u>294.017,05</u>	<u>288 076,94</u>

14. Subsídios, doações e legados à exploração

O detalhe desta rubrica é apresentado como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<u>Subsídios do Estado e outros entes públicos</u>		
IPDJ – Desenvolvimento Prática Desportiva	190.000,00	101 000,00
IPDJ - Desporto para Todos	10.000,00	-
IPDJ - Camp. Europa FAN 32	8.910,79	-
IPDJ - Camp. Europa TRAP 3	8.391,22	-
IPDJ - Prémio Atletas	2.800,00	-
IPDJ - RH – Prog. Nacional Formação Treinadores	1.000,00	-
COP - Projeto Rio 2016	22.500,00	23 500,00
COP - Bolsa Treinadores	9.240,00	10 560,00
COP - Esperanças Olímpicas	4.725,00	1 500,00
IPDJ - Alto Rendimento	-	74 000,00
IPDJ - Campeonato do Mundo de Percurso Caça	-	20 000,00
	<u>257.567,01</u>	<u>230 560,00</u>

O acréscimo na rubrica "Subsídios" resulta, essencialmente, do aumento de 15.000,00 euros do Contrato-programa de desenvolvimento da prática desportiva e do novo Contrato "Desporto para Todos" no valor de 10.000,00 euros, atribuídos pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). De salientar ainda que, em 2015, o Contrato-programa do Alto Rendimento passou a estar incluído no Contrato-programa de desenvolvimento da prática desportiva.

As rubricas "COP – Projeto Rio 2016", "COP - Bolsas Treinadores" e "COP – Esperanças Olímpicas" respeitam aos contratos celebrados com o Comité Olímpico de Portugal para apoio à Preparação olímpica dos atletas e respetivo treinador.

As verbas recebidas relativas a bolsas de treinadores são integralmente pagas por aqueles agentes desportivos e encontram-se registadas nos Fornecimentos e serviços externos, na rubrica de honorários.

15. Fornecimento e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos relativo aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 é o seguinte:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Deslocações e estadas	112.156,54	137.346,39
Trabalhos especializados	68.299,78	55.487,03
Honorários	30.762,70	14.065,50
Seguros	16.003,16	20.508,80
Energia e outros fluídos	14.204,04	17.319,10
Conservação e reparação	11.065,23	9.535,39
Comunicações	9.103,13	7.967,48
Material de escritório	6.108,34	12.175,67
Rendas	3.258,16	22.874,29
Limpeza, higiene e conforto	3.025,17	6.457,82
Publicidade	2.084,90	4.294,56
Contencioso e notariado	1.444,30	2.531,06
Serviços bancários	458,40	1.233,84
Vigilância e segurança	-	12.284,13
Outros fornecimentos e serviços	2.755,94	4.843,05
	<u>280.729,79</u>	<u>328.924,11</u>

Em termos globais, os Fornecimentos e serviços externos registaram um decréscimo nos gastos incorridos em relação ao ano anterior de cerca de 49.500,00 euros. Esta situação resulta, essencialmente, do facto de em 2014 a Federação ter organizado o Campeonato do Mundo de Percurso de Caça, durante o mês de Julho de 2014, situação que originou um acréscimo generalizado dos gastos naquele exercício.

A rubrica "Deslocações e Estadas" inclui as despesas suportadas pela FPTAC nas deslocações dos órgãos sociais, atletas e trabalhadores para a realização das provas do calendário anual, ao longo de todo o território nacional. Esta rubrica inclui ainda as despesas suportadas pela Federação com a participação de atletas em provas no estrangeiro.

Em "Trabalhos especializados" estão incluídos, essencialmente os gastos com os serviços de contabilidade, de revisão legal das contas e de serviços prestados de assessoria jurídica.

A rubrica "Honorários" inclui os gastos com o pagamento das bolsas aos treinadores dos atletas do Programa de Preparação Olímpica Rio 2016 e com o selecionador nacional de fosso olímpico.

Na rubrica de "Seguros" estão incluídos, essencialmente, os gastos com os seguros desportivos dos atletas e os seguros de acidentes pessoais.

16. Gastos com pessoal

Os gastos incorridos na rubrica de "Gastos com pessoal" referentes aos exercícios de 2015 e de 2014 são apresentados no quadro seguinte:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	-	-
Pessoal	<u>72.436,81</u>	<u>72.206,06</u>
	<u>72.436,81</u>	<u>72.206,06</u>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	15.019,54	14.922,05
Seguro de acidentes de trabalho	1.222,65	1.332,49
Outros	<u>338,70</u>	<u>147,60</u>
	<u>16.580,89</u>	<u>16.402,14</u>
	<u>89.017,70</u>	<u>88.608,20</u>

Em 2015 e em 2014, os órgãos sociais não auferiram qualquer remuneração.

17. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos é apresentado no quadro seguinte:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Indemnização	43.200,00	-
Reembolsos	10.825,00	4.068,99
Correções relativas a exercícios anteriores	6.754,64	-
Ganhos na alienação de ativos fixos tangíveis	4.065,04	7.317,07
Diferenças de câmbio	12,22	45,61
Recebimento de outras entidades	-	160.000,00
Patrocinadores	-	4.500,00
	<u>64.856,90</u>	<u>175.931,67</u>

O valor de 43.200€ diz respeito a uma indemnização atribuída pela empresa MAXAM OUDOORS, SA no seguimento da desclassificação do atleta Bruno Faria por excesso de peso nos cartuchos utilizados desta marca. O acordo formalizou-se com o reembolso dos gastos incorridos pela FPTAC com o Atleta, no valor de 10.000,00 euros, e a atribuição a título de compensação de 180.000 cartuchos. A 31 de Dezembro de 2015, tinham dado entrada na FPTAC 90.000 cartuchos, estando prevista ocorrer a entrega dos restantes 90.000 cartuchos durante o ano de 2016.

O valor relativo a "Correções relativas a exercícios anteriores" respeita, essencialmente, ao excesso de estimativa para impostos registados no ano de 2014, no montante de 5.267,50 euros.

Em 2014, os "Recebimentos de outras entidades" resultam de receitas obtidas no âmbito da organização do Campeonato do Mundo de Percurso de Caça.

18. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros ganhos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Gastos de âmbito desportivo	201.671,22	239.869,60
Correções de exercícios anteriores	8.430,08	-
Impostos e taxas	2.975,67	6.003,74
Quotizações	620,00	620,00
	<u>213.696,97</u>	<u>246.493,34</u>

Os gastos incorridos na rubrica de "Gastos no âmbito desportivo" têm a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Consumíveis desportivos	100.424,81	111.734,28
Outros agentes desportivos	42.494,98	55.612,96
Inscrições	19.397,95	34.698,00
Outras compensações a atletas	19.190,00	22.874,59
Bolsas a atletas	17.200,00	8.800,00
Quotizações em organizações internacionais	2.298,48	4.543,75
Diversos	665,00	1.606,02
	<u>201.671,22</u>	<u>239.869,60</u>

Em "Consumíveis Desportivos" estão registados, essencialmente, a compra de troféus e medalhas para as provas organizadas pela FPTAC, e diversos consumíveis desportivos como cartuchos e fichas para treino.

A rubrica "Outros Agentes Desportivos" engloba os montantes atribuídos a clubes para apetrechamento e apoio à compra de equipamentos.

Em "Inscrições" estão incluídos os gastos com a inscrição dos atletas e outros agentes desportivos nas provas internacionais em que a Federação participa.

A rubrica "Outros Compensações a Atletas" engloba as verbas pagas a título de "Dinheiro de Bolso" nas participações em provas internacionais e a compensação pela perda de remunerações inerentes àquelas participações internacionais.

19. Responsabilidades Contratuais

Em 31 de Dezembro de 2015, a FPTAC não tem quaisquer responsabilidades contratuais assumidas, para além das registadas nas demonstrações financeiras.

20. Dívidas em Mora ao Estado

Não existem quaisquer dívidas em mora para com o Estado e a Segurança Social.

21. Acontecimentos após data de balanço

Não temos conhecimento até à presente data de prestação das contas de qualquer acontecimento que possa alterar de forma significativa as contas agora apresentadas.

A Direcção da FPTAC



Pedro Manuel da Cunha Mota
(Presidente)

O Técnico Oficial de Contas

